

**ATA DA 4ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SUSTENTABILIDADE E USO DO SOLO –  
03/08/2010**

Foi realizada no dia 03 de agosto de 2010, no auditório do Edifício Martinelli situado à rua São Bento, 405 – 26º andar, São Paulo – SP, das 10 horas às 12:00 horas, a quarta reunião do GT Sustentabilidade e Uso do Solo.

1. A coordenadora do GT Sustentabilidade e Uso do Solo, Nilza Maria Toledo Antenor abriu a reunião informando que o Comitê Municipal de Mudanças do Clima e da Economia solicitou que este GT apresente propostas na próxima reunião do Comitê, a seguir passou a palavra para a Senhora Josilene T. V. Ferrer, para apresentação “CETESB e a Mudança Climática Global”.

2. A Josilene iniciou a apresentação mostrando a abrangência das ações empreendidas pelo Governo do Estado de São Paulo que envolvem: 40 milhões de habitantes, dos quais 18 milhões só na Região metropolitana de São Paulo, 645 cidades, das quais 5 cidades com mais de 1 milhão de habitantes.

A seguir apresentou uma retrospectiva histórica sobre a Agenda Climática em curso pela CETESB, que teve início em 1995 com o Programa Estadual de Mudanças Climáticas – PROCLIMA; o Programa Estadual de Prevenção a Destruição da Camada de Ozônio – PROZONESP e o Programa Estadual de Recuperação Energética do BIOGÁS. Essas ações fizeram pulsar o debate sobre as mudanças climáticas no Estado. Já o Programa BIOGÁS ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia busca estimar a emissão dos gases de efeito estufa para permitir ao gestor o uso dos créditos de carbono. Outro aspecto importante é o inventário da emissão do gás metano dos aterros para que o Brasil possa prestar contas das emissões brasileiras. No período de 1990 a 2005 a CETESB coordena esta fatia do inventário.

Em 2008, tem início o Projeto “Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado de São Paulo”. Em 2009, é aprovada a Lei 13.798 que trata da “Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo – PEMC, sendo introduzida na Assembléia a meta de redução de CO<sub>2</sub> abaixo de 2005. O inventário de gases de efeito estufa de São Paulo segue a metodologia do IPCC, mas são criados cortes com a colaboração do Ministério da Ciência e Tecnologia dado que a situação do Estado é diferente da do País. Os setores de resíduos e de efluentes contam com uma rede de parceiros como o GHG PROTOCOL que gera metodologia para empresas e entidades, esse trabalho por ser muito intenso tem que ser desenvolvido em conjunto com o governo federal e São Paulo conta também com apoio da Embaixada Britânica. Em 2010, o Decreto 55.947 regulamenta a PEMC.

A Secretaria Estadual de Energia realiza o inventário de gases de efeito estufa por meio de consultoria privada para o Estado de São Paulo que servirá de orientação também para os municípios.

A representante de SVMA (Patrícia) informa que a SVMA iniciou o 1º inventário em 2003 e agora está realizando o 2º inventário que deverá estar concluído até o final de 2010 sobre a redução das emissões na área de transporte e energia com meta de redução a ser cumprida até o final de 2012.

Continuando, a Josilene informou que a PEMC se relaciona com:

- órgãos internacionais;
- com outros estados e regiões do Brasil e do mundo;



- ciência e tecnologia;
- educação e capacitação;
- política energética;
- produção industrial, consumo de bens e serviços;
- gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes;
- planejamento de transportes e uso do solo;
- atendimento a emergências e desastres;
- identificação de vulnerabilidades;
- proteção da biodiversidade e de recursos hídricos.

A área empresarial tem que arcar com as próprias emissões e isto envolve incentivos. Por outro lado, o Estado mantém contatos com o Reino Unido, Portugal e Estados Unidos para conhecer como esses países estão enfrentando as metas de redução e qual será a matriz energética do futuro. O Decreto Estadual 55.947 cria um programa de compensação para grandes empresas, fazendo uso do conceito do Protocolo de Kyoto, que considera o impacto global dos gases de efeito estufa, admitindo que a compensação de uma empresa do Estado de São Paulo possa ser realizada em outro Estado (Amazonas). A CETESB vai criar programa seguindo o consenso internacional com validação científica.

Se a lei americana for aprovada, a empresa brasileira que quiser exportar para os Estados Unidos tem que ter programa de redução de emissão de gases de efeito estufa. A NATURA já tem um programa.

A meta nacional depende de taxas de crescimento, e nesse sentido, tanto o Estado de São Paulo quanto o Município de São Paulo estão na mesma trilha do baixo carbono.

O registro público de emissões é o próximo desafio.

Para tanto será necessário realizar:

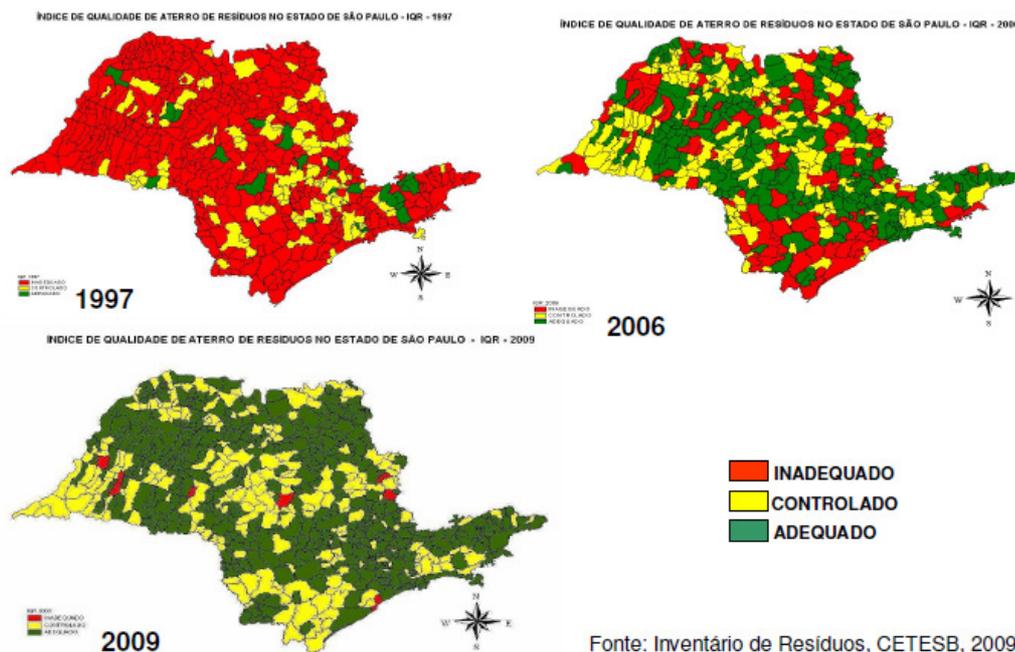
- inventários de emissões por empresas privadas;
- adoção de critérios mensuráveis e transparentes;
- auxílio na definição de estratégias para aumento da eficiência e produtividade;
- proteção da linha base de emissões;
- adesão voluntária.

Dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos de SMA, 16 tem relação com a mudança climática: Desmatamento Zero; Ecoturismo; Esgoto Tratado; Etanol Verde; Fauna Silvestre; Unidades de Conservação; Licenciamento Unificado; Litoral Norte; Lixo Mínimo; Mananciais; Mata Ciliar; Município Verde; Pesquisa Ambiental; Respira São Paulo; São Paulo amigo da Amazônia; Serra do Mar.

Para a Gestão de Aterros do Estado de São Paulo foi estabelecido o índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR) que em 1997 existiam pouquíssimos aterros com qualidade, em 2006 há uma evolução significativa na qualidade dos resíduos, e em 2009 apenas 7 aterros em todo o estado são considerados inadequados, conforme pode-se observar no quadro que segue.



## Gestão de aterros no Estado



Esse avanço decorre das seguintes ações:

Projeto Ambiental Estratégico Lixo Mínimo, compreendendo:

- eliminar a disposição inadequada de resíduos sólidos (lixões);
- fomentar a coleta seletiva;
- incentivar adoção de novas tecnologias (unidade de recuperação de energia);
- fomentar a educação ambiental.

Reciclagem

- diminuir a necessidade de exploração de recursos naturais;
- reduzir a disposição final de resíduos inertes e não inertes (que geram emissões);
- eliminar etapas de produção e transporte de bens naturais e matérias primas que geram emissões. Por exemplo: na produção de 1 tonelada de lata de alumínio, a reciclagem reduz aproximadamente 65% de emissões de CH<sub>4</sub> e 80% de emissões de CO<sub>2</sub>.

Conversão de Resíduos Sólidos Urbanos em Energia

- URE – Unidade de Recuperação de Energia (uma das formas mais limpas de geração de energia);
- melhor solução que aterro sanitário quanto a emissão de gases de efeito estufa (não gera CH<sub>4</sub>); e



- diminui a dependência de combustíveis fósseis e previne a emissão de CO<sub>2</sub>. Por exemplo, para gerar uma mesma quantidade de energia, a queima de 1 tonelada de resíduos previne a emissão de 1 tonelada CO<sub>2</sub> que seria emitida pela queima de combustível fóssil e pela decomposição dos resíduos em aterro sanitário.

#### Projeto Ambiental Estratégico – Esgoto Tratado

- acompanhamento/avaliação da implementação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, para proteger os recursos hídricos da carga de esgotos domésticos;
- elaboração do diagnóstico de carga orgânica remanescente ; e
- monitoramento da qualidade ambiental das bacias hidrográficas, priorizando áreas para intervenção.

#### Licenciamento Ambiental

- Definição institucional do tratamento no processo de licenciamento
- Treinamento nas agências para informação às empresas
- Após a aprovação do PL 01/2009: preparar a internalização da nova Lei 13.798 que trata da "Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo – PEMC.

Tivemos contato com áreas de clima de países europeus e a diretiva da comunidade europeia será de abrir o mercado europeu para aceitar créditos de outros mercados, tendo por referência 20% de redução de emissões e até 2020 com base nas emissões de 1990.

#### Edson (SABESP)

O que fazer com os resíduos sólidos da Grande São Paulo e da Baixada Santista, dado que há uma determinação da comunidade europeia em função do acordo da Baviera, que a partir de 2012, e a Alemanha antecipou para 2007, será proibida a disposição de resíduo sem tratamento.

#### Josilene

O Prof. Goldenberg firmou o acordo com a Baviera, devido à falta de terreno para a implantação de aterro nas regiões metropolitanas e em especial na Grande São Paulo e na Baixada Santista.

A usina de recuperação de energia é uma das formas mais limpa de geração de energia, mas a sociedade ainda não aceita, argumentando que a queima do lixo não gera resíduo para a reciclagem. No entanto, informações que dispomos é que na Alemanha a queima gera de 40 a 45% de resíduo. A CETESB através da Resolução SMA 79 de 4 /11/2009 estabeleceu parâmetros de emissão de controle.

A SMA em seu planejamento ambiental desenvolve alguns projetos regionais de gestão de resíduos da construção civil – Suzano e Poá; e de resíduos domiciliares no eixo Fernão Dias; e entre serras e águas o resíduo do Vale do Ribeira é o mais difícil de São Paulo. Em 2006, havia 143 municípios vermelhos (mapa de aterros acima), apesar dos esforços e SMA para resolver. O Vale do Ribeira aparece em amarelo (aterro controlado), mas é o mais preocupante. Com a assinatura do acordo de Baviera busca-se estabelecer em São Paulo o mesmo padrão de controle de tratamento do lixo praticado na Europa, e para tanto, espera-se que existam investidores.



Della Manna (SECOVI)

Gostaria de cumprimentar a Josilene pela apresentação, e relembrar um programa sobre a re-naturalização de córregos em São Paulo por meio de incentivos, que se denominava "Ver de Perto". Imagino uma lei que autoriza os empresários a abrir parques lineares, e se podemos fazer uso do programa de compensação do Decreto Estadual.

Nilza (SMDU)

Gostaria apenas de lembrar que a lei de uso do solo do município de São Paulo (Lei 13.885/2004) já estabelece as formas de participação de proprietários e empreendedores para a implantação de parques lineares por meio da utilização do instrumento de transferência do direito de construir para uma faixa delimitada a 200 metros da área destinada ao parque linear (APP), bem como a área mínima para a apresentação de projeto é de 5.000 m<sup>2</sup>. Talvez possamos eleger um córrego em conjunto com a SVMA para iniciar um projeto de parque linear com a participação da iniciativa privada. Este poderia ser um projeto deste GT a ser apresentado ao Comitê Municipal do Clima e Economia.

Josilene

A idéia é boa, mas precisamos de projetos que tenham escala para a redução de gás carbono. A Resolução SMA 30 de 14/05/2009 estabelece uma fórmula de cálculo por mata ciliar.

Há também um programa denominado "Município Verde – Azul" que dá nota de zero a dez ao município de acordo com os avanços com a melhoria da qualidade do meio ambiente no Estado de São Paulo. Por exemplo, para a melhoria no tratamento de lixo; tratamento de esgoto; recuperação etc. O Município que consegue nota superior a 8 (oito) fica habilitado a receber uma certificação de SMA.

Patrícia (SVMA)

Gostaria de saber sobre o mercado formal e sobre as regras de Kyoto, dado que o inventário é nacional, e na implantação do parque linear em conjunto com o programa da Sabesp (córrego limpo) que leva o esgoto para uma estação de tratamento, há melhoria da qualidade de saneamento e da água. Há como medir a emissão de metano em córregos não tratados?

Josilene

Sabemos que a SABESP vem realizando bom trabalho na captação de metano das estações de tratamento de esgoto. Pode-se fazer o MDL que conta com a representatividade de cidades com mais de 1 milhão de habitantes.

**3) Representantes do GT Sustentabilidade e Uso do Solo presentes na reunião:**

- a. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) – Coordenação  
Titular: Nilza Maria Toledo Antenor  
Suplente: Luis Oliveira Ramos
- b. Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA)  
Suplente: Patrícia Marra Sepe
- c. Secretaria Municipal de Transportes (SMT)  
Titular: Daphne Savoy
- d. Secretaria Municipal de finanças (SF)



- Titular: Davilson Miserlian Lopes  
Sindicato das Empresas de Imóveis do Estado de São Paulo (SECOVI-SP)  
Eduardo Della Manna
- e. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)  
Titular: Aruntho Savastano Neto  
Suplente: Célia Regina Buono Palis Poeta  
Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo (STM)  
Suplente: Horácio Nelson Hasson Hirsch  
Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS)  
Suplente: Antônio Henrique Costa Gross
- f. Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON - SP)  
Suplente: Elcio Sigolo
- g. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)  
Titular: Edson José Andriqueti

Não havendo mais nada a ser tratado foi encerrada a reunião. Ficando a próxima reunião agendada para o dia 13 de agosto às 10 horas para tratar de projetos a serem apresentados ao Comitê Municipal do Clima e Economia.

Nilza Maria Toledo Antenor  
Coordenadora do GT Sustentabilidade e Uso do Solo do  
Comitê Municipal do Clima e Economia